

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Tarde Class.: Madeira
 Data 23/06/88 Pg.: 17 28

Chamar a atenção dos países consumidores de madeira para o perigo que a extração desordenada representa às florestas tropicais. Esse é o principal objetivo do "Pré-Projeto de Manejo Auto-Sustentado da Floresta Tropical da Amazônia", que será apresentado hoje pela delegação brasileira — formada por integrantes do Itamaraty e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) — no 3º Congresso ITTO — International Tropical Timber (madeira de construção) Organization, que reúne os 43 países produtores e consumidores de madeira. O congresso, que começou ontem, no Hotel Copacabana, no Rio, vai até o dia 1º de julho.

Mas, considerando que a ITTO já tem planos para a Amazônia, e temendo a forma como se dará esta "abertura de portas" para a organização, entidades ambientalistas entregaram ontem, durante a abertura do congresso, uma carta contendo 14 recomendações para que a extração de madeira não se torne uma ameaça às florestas tropicais. O documento, assinado por 12 entidades não governamentais de diversos países, é o resultado final das discussões do Seminário Internacional sobre Manejo Racional de Florestas Tropicais, promovido esta semana, também no Rio, pela Fundação SOS Mata Atlântica e World Wildlife Foundation (WWF).

E a entrega da carta não foi fácil. Apesar de discutir questões como o futuro da Amazônia brasileira, de interesse mundial, o congresso a princípio permanecia restrito aos comerciantes de madeira — que tentaram envolver as discussões em muito mistério, fechando as portas para a imprensa e os ambientalistas. O primeiro obstáculo colocado: o documento não seria recebido por não estar na língua inglesa, oficial do congresso. Então, foi necessário um bom jogo de cintura para que as recomendações dos ambientalistas fossem, finalmente, trazidas e distribuídas entre os participantes.

No entanto, para o diretor industrial de comercialização do IBDF, Marco Antônio Castello Branco, não há razão para o temor das entidades ambientalistas. Seguindo ele, a ampliação do mercado de madeira brasileira "não deve prejudicar as matas. Ao contrário, vai ajudar as pesquisas e trazer dinheiro para o País". Tudo não passa de falta de informação sobre o projeto brasileiro, diz.

Submetido à aplicação dos participantes do Congresso, o pré-projeto brasileiro será avaliado pelo Conselho da organização até a próxima semana. Se aprovado, a ITTO financiará, a fundo perdido, US\$ 1 milhão dos US\$ 3 milhões do seu custo total. Com estes recursos, o Brasil investiria em pesquisas das espécies que compõem os



Ambiente

Nossas florestas vão sobreviver a estes homens?

Eles compõem a organização internacional de exploradores de madeira

107 mil hectares da Floresta Nacional de Antimari, no Acre. E, após três anos, ampliaria o projeto para outros pontos da região amazônica brasileira e de seus vizinhos, Peru e Bolívia.

Tudo isso porque, apesar de rica em recursos naturais, a floresta amazônica perde para outras — como as da Malásia e Indonésia — onde o mercado está dirigido atualmente. Explicação de Wilton Carneiro Leão, do Itamaraty: "Nossa floresta é heterogênea e, por isso, de difícil exploração". Outro problema, segundo ele, é o quase total desconhecimento das espécies da Amazônia, o que implica em poucas variá-

dades a serem oferecidas aos consumidores de madeira.

"Então, é necessário investir em pesquisas, fazer mapeamentos, identificar espécies, descobrir suas aplicações. Aí sim, no futuro, poderemos pensar em implantar um parque industrial de madeira na região", conclui Carneiro. E, a partir disso, divulgar os produtos e atrair os países consumidores. O alvo brasileiro são os japoneses. E não é à toa: trata-se do maior importador de madeira. Dentro do mercado que movimenta anualmente cerca de 42 milhões de metros cúbicos de madeira — o equivalente a mais de US\$ 5 bilhões — o

Japão sozinho movimenta mais de 20 milhões de metros cúbicos.

Preocupação

Mas é justamente esta abertura que preocupa os ambientalistas, tendo em vista que, a esses números, somam-se 20 milhões de hectares já desaparecidos na Amazônia, graças a programas governamentais de alargamento de fronteiras agrícolas e à atração que ela representa a migrantes de todo o País.

Mauro Victor, engenheiro-agrônomo e conselheiro da Fundação SOS Mata Atlântica, afirma que não é sequer necessário

chamar a atenção dos países consumidores de madeira para o nosso mercado.

"Eles já estão de olho na floresta amazônica", — diz. Ele chega a esta conclusão baseado no fato de que as florestas da Ásia e África — por onde a Itto já passou — estão com seus dias contados, — e mesmo com o uso dos planos de manejo auto-sustentado.

As entidades ambientalistas são contrárias ao uso do manejo auto-sustentado. Ao contrário, acreditam que pode vir a ser utilizado como instrumento de preservação. Ocorre que o problema é visto de maneiras diferentes: enquanto os ambientalistas cuidam da preservação — mesmo utilizando os recursos naturais para ampliar a economia —, os órgãos governamentais pensam na economia de manejo unicamente como fonte geradora de riquezas. "Uma não invalida a outra", esclarece Mauro Victor, "o problema é que o título 'manejo auto-sustentado' pode vir a ser um biombo para ocultar operações sujas, resultando na ampliação da devastação de nossas florestas".

Outras questões levantadas pelos ambientalistas são a falta de legislação específica para racionalizar a extração de madeira e o uso do solo e a incapacidade dos órgãos governamentais para controlá-los. Então, o seminário promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica e WWF chegou à conclusão que antes de se falar na aplicação da economia de manejo sustentado, é necessário encontrar solução para estas questões, além de investir em pesquisas em cada região a ser manejada. "Porque cada área tem suas particularidades. E elas tem que ser estudadas do regional para o global", lembra o geógrafo e professor Aziz Ab'Saber, ressaltando que "cada ecossistema depende do outro, portanto, interferindo em uma ponta da Amazônia pode-se destruir outra".

Neste sentido, no documento encaminhado ao Congresso Itto foram incluídas 14 recomendações, como executar o macro e microzoneamento das florestas tropicais; levar em consideração os costumes dos povos tradicionais que ali habitam — e que naturalmente protegem as florestas — e dar prioridade à recuperação de áreas degradadas. No caso de manejo auto-sustentado, a prioridade deveria ser para as matas secundárias, uma vez que são mais sensíveis à regeneração.

Questões da Itto

Além da avaliação do Projeto Acre, os países que integram a Itto reúnem-se para "repensar as atividades da organização". Durante a abertura do congresso, ontem, admitiu-se que as políticas de cooperação, que geraram sua composição, "desfizeram-se", uma vez que "não levamos em conta os povos e os hábitos dos que vivem nos países de florestas tropicais".